



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2712, DE 2020

Voto de solidariedade à vereadora Ana Lúcia Martins, do Partido das Trabalhadoras (es) de Joinville/SC, pelo crime de racismo cometido contra ela e tantas outras candidaturas negras.

DESPACHO: Encaminhe-se

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade à vereadora Ana Lúcia Martins do Partido das Trabalhadoras (es) de Joinville (SC), pelo crime de racismo cometido contra ela e tantas outras candidaturas negras.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Amanhã, dia 20 de novembro, celebramos mais um Dia da Consciência Negra, data de resistência e de conscientização para a população brasileira, diante do processo de colonização do Brasil, a Escravidão e os seus reflexos.

A data foi incluída no calendário escolar nacional em 2003 e, em 2011, instituído oficialmente pela lei federal 12.519. Infelizmente, a regulamentação não transformou a data em feriado nacional e fica a critério de cada estado e cidade optar por ser feriado ou não.

Dos 5.570 municípios brasileiros, menos de 15% consideram a data como feriado. O dia, no entanto, é marcado por atividades culturais, debates e manifestações organizadas pelos movimentos negros em diferentes regiões do país.

A data foi fomentada, em meados da década de 70, no nosso querido Rio Grande, por militantes universitários negros como o poeta Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Ilmo da Silva e Antônio Carlos Côrtes, que questionavam o dia 13 de maio.

O dia 20 veio para fortalecer em nossas memórias esse período secular tão nefasto, que não podemos esquecer e jamais repetir.

O Racismo estrutural é secular. É necessário conhecermos a nossa história e trabalharmos para que o presente seja diferente.

Mas, infelizmente, nos deparamos com determinados números: a cada 23 minuto um jovem negro é morto; em 24 horas, 13 mulheres são mortas e a maioria delas são negras.

Os sequestrados do passado são os encarcerados de hoje. No Brasil, 60% das prisões são provisórias e são os negros que estão lá.



Com 56% da população brasileira negra, quase não temos representação no parlamento. Quem está nos subempregos e ainda no trabalho escravo?

As religiões de matriz africana são 59% dos alvos de crimes de intolerância religiosa. Um trabalhador que ganha um salário-mínimo paga o mesmo tributo que um milionário.

Muito foi feito para combater esse crime de racismo, mas a sua capacidade de se fortalecer como um vírus letal ainda nos atinge incessantemente.

Conquistamos o Estatuto da Igualdade Racial, a maior norma orientativa para Promoção da Igualdade Racial, que, neste ano de 2020, celebrou os seus 10 anos.

O Estatuto é a bússola orientativa para várias políticas, como a PEC nº 33 de 2016, que cria o Fundo Nacional de Combate ao Racismo; o PL nº 2179 de 2020 – Combate as Subnotificações Marcadores etnorraciais,...

... que garante aos órgãos e instituições de saúde a promover o registro e cadastramento de dados relativos a marcadores étnico-raciais, idade, gênero,...



... condição de deficiência e localização dos pacientes por eles atendidos em decorrência de infecção da Covid-19. A matéria foi aprovada no Senado e tramita na Câmara Federal.

A Coalização Negra por Direitos elaborou e me indicou como relator da Sugestão Legislativa nº 23 de 2020, que veda a conduta de agente público, fundada em preconceito de qualquer natureza, de raça, origem étnica, gênero, orientação sexual ou culto.

Estamos dialogando com todos para tentar barrar o genocídio cometido pelo Estado aos corpos negros.

Neste ano de 2020, conquistamos uma grande vitória junto ao TSE e ao Supremo, que foi a decisão da distribuição isonômica dos recursos do fundo eleitoral e do tempo de rádio e TV para as candidaturas negras.

O tema só foi decidido após provocação da ONG Educafro, da participação da Deputada Bendita e outros pares, inclusive eu, e também do partido Psol, que provocaram os dois tribunais.

Nestas eleições pela primeira vez os candidatos pretos e pardos superaram os brancos em número. Ao todo, foram 211.895 candidatos pardos e 56.282 pretos (268.177),...



... o equivalente a 49,9% dos postulantes, número maior que o de candidatos autodeclarados brancos (259.079, ou 48,2%). Em 2016, havia 222.837 candidatos negros (47,51%) e 242.502 brancos (51,71%).

Desta vez, 32% dos prefeitos eleitos no primeiro turno se declararam negros (pretos ou pardos), totalizando 1.718 vitoriosos. Os brancos somaram 67%.

O número é superior a 2016, quando os negros (somando pretos e pardos) foram eleitos para comandar 1.605 municípios (29% do total), com 70,4%, de brancos.

Entre os postulantes no segundo turno, eram 22 pretos e pardos em 2016, ao lado de 92 brancos. Agora, 32 negros foram para o segundo turno, ao lado de 81 brancos.

Somando as cadeiras das 25 capitais que elegeram suas Câmaras neste domingo (15), 44% serão ocupadas por pessoas negras, segundo dados do portal Gênero e Número.

As eleições de 2020 são um ponta pé inicial para o pleno exercício do sufrágio universal, em que negros, brancos, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQi+, todos possam exercer os seus direitos e deveres.

Mas, diante de todas essas vitórias, quero registrar aqui o meu voto de solidariedade à vereadora Ana Lúcia Martins (PT), primeira mulher negra eleita vereadora em Joinville (Santa Catarina).

Registro aqui a fala da vereadora: “Sabia que não seria fácil. Estava ciente que enfrentaria uma certa resistência em uma cidade que elegeu apenas na segunda década do século 21 a primeira mulher negra.

Só não esperava ataques tão violentos”. A nossa vereadora Ana Lúcia não é a única a receber ameaças, a sofrer racismo no pleito eleitoral. Diversas candidaturas negras sofreram e sofrem essa violência, inclusive a minha amiga Benedita da Silva.

Diante de tantos casos, apresentei nessa casa o PL nº 4373 de 2020, que tipifica o crime de injúria ao crime de racismo. Minhas amigas senadoras e senadores vamos aprovar essa matéria, o povo negro não merece tanto sofrimento. Não sejamos antirracistas por conveniência.

Precisamos fortalecer e reconhecer o nosso povo e não massacrá-los e diminuí-los. Vamos validar e resgatar a história, como a de Esperança Garcia,...

... a primeira mulher negra advogada. Reconheçamos a história de Maria Carolina de Jesus, a primeira mulher negra escritora no Brasil, reconheçamos a história de Antonieta de Barros,...

... primeira mulher negra eleita no Brasil, reconheçamos a história de Aqualtune, princesa africana escravizada no Brasil, reconheçamos a história de Laura Sito, uma das mais jovens lideranças negras do meu Estado do Rio Grande do Sul, eleita nesse pleito de 2020.

É isso que queremos, oportunidade, dignidade e respeito. Os negros sempre carregam o piano, mas na hora de tocar a música e participar da festa estão fora.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2020.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos
e Legislação Participativa do Senado Federal



SF/20501.01116-37 (LexEdit)